



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CAMPUS DARCY RIBEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ LICENCIATURA

Rayssa Sabrina Morais de Lima

DESAFIOS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS
PANDÊMICOS: ANÁLISE PRELIMINAR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DAS
IMPLICAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL.

Brasília-DF
2023

Rayssa Sabrina Morais de Lima

DESAFIOS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS
PANDÊMICOS: ANÁLISE PRELIMINAR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DAS
IMPLICAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL.

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Educação Física da Faculdade de Educação Física da
Universidade de Brasília como requisito para a obtenção
do título de Licenciado em Educação Física.
Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde

Brasília-DF
2022

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender possíveis implicações da pandemia da COVID-19 ao ensino da educação física nas escolas públicas do Distrito Federal. Há um grande volume de estudos acerca dos impactos da pandemia na área educacional, porém, ainda há uma incipiência de pesquisas voltadas mais detidamente à realidade da educação física escolar no Distrito Federal. Tendo em vista a acentuada desigualdade socioeconômica do Brasil, as barreiras de acesso à educação foram ampliadas na pandemia, prejudicando milhares de crianças e jovens em todo o país. Neste sentido uma das justificativas para a realização deste trabalho advém do desejo de contribuir minimamente para a diminuição dessa lacuna. Foram utilizadas técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental a partir da abordagem qualitativa. Foram apontadas dificuldades por professores e alunos nas aulas online de Educação Física, referentes à prática e psicossociais. Observou-se que um dos maiores desafios do ensino remoto foi a dificuldade de acesso à internet e a restrição a uma parte da população, e o déficit em Tecnologias da Informação e Comunicação na formação dos professores.

Palavras-chave: pandemia; covid-19; educação; Educação Física; TIC's.

Sumário

Sumário	4
Introdução	5
Metodologia	7
Capítulo 1 – A pandemia no Brasil e no Distrito Federal	8
1.1. Histórico da pandemia no Brasil	9
1.2. Histórico da pandemia no DF	12
Capítulo 2 – Educação e pandemia	14
Capítulo 3 – Educação Física e pandemia	19
Conclusões	23
Referências	27

Introdução

Este texto é resultado de estudo realizado para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, sob orientação do professor Dr. Pedro Athayde.

O trabalho traz como objeto de investigação a relação entre a educação física escolar e o contexto pandêmico. Mais diretamente, estudamos as implicações e os desafios engendrados pela pandemia de COVID-19 na educação e no ensino do componente curricular Educação Física. A escolha por este objeto demonstra, ao mesmo tempo, a relevância desta pesquisa, uma vez que nos debruçamos sobre um evento singular na história da humanidade cujos impactos, para além da esfera educacional, não são plenamente conhecidos e tendem a perdurar por muitos anos.

Uma busca inicial no Google Acadêmico, excluindo as citações, pelo descritor “educação pandemia” nos retornou 150.000 resultados, enquanto com o descritor “educação física pandemia” foram 80.700. Esses números demonstram, a priori, o forte impacto na produção acadêmico-científica da pandemia da COVID-19, caracterizada por Brito et al. (2020) como “o maior desafio do século XXI”.

Mais especificamente sobre a relação entre a Educação Física escolar e a pandemia no âmbito do Distrito Federal, destacamos inicialmente dois trabalhos de conclusão de cursos desenvolvidos na própria Faculdade de Educação Física da UnB. O primeiro, produzido por Iago Corgosinho Albuquerque Campos, analisa os impactos da pandemia na Educação Física escolar a partir de uma pesquisa exploratória em uma escola pública da Região Administrativa de Ceilândia. Já o trabalho de Eduardo Marques Gonçalves e Marcella Miranda Vitelli estudou de que forma a utilização dos tempos disponíveis às práticas de lazer dos estudantes da FEF/UnB foi impactado pelo contexto pandêmico.

A despeito do grande volume de estudos acerca dos impactos da pandemia na área educacional, identificamos que ainda há uma incipiência de pesquisas voltadas mais detidamente à realidade da educação física escolar no Distrito Federal. Neste sentido uma das justificativas para a realização deste trabalho advém do desejo de contribuir minimamente para a diminuição dessa lacuna.

Nesse sentido, apresentamos como objetivo geral compreender possíveis implicações da pandemia da COVID-19 ao ensino da educação física nas escolas públicas do Distrito Federal. Para auxiliar na consecução desta finalidade, apresentamos como objetivos específicos contextualizar a pandemia em âmbito nacional e distrital; abordar a relação entre Educação e pandemia a partir de uma revisão de literatura e discorrer sobre as implicações do contexto pandêmico na educação física escolar do Distrito Federal, tomando como referência estudos com este recorte ou realizados em outras regiões do país.

Metodologia

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa social de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e de abrangência exploratória, considerando que se trata de uma aproximação inicial ao objeto e que a literatura científica revela certa carência de estudos sobre o tema (SEVERINO, 2007; APPOLINÁRIO, 2011).

Na dimensão procedimental, adotamos as técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental, esta última tem como fonte documentos no sentido amplo (SEVERINO, 2007). E, de forma mais específica, utilizamos boletins informativos e de acompanhamento da COVID-19, em âmbito nacional expedidos pela Fiocruz, e na esfera local publicados pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Esse corpus de análise é composto por documentos do tipo escrito, primário e secundário – de acordo com Marconi e Lakatos (2019).

Já a revisão bibliográfica consistiu na busca e utilização de artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos que abordaram a relação entre a pandemia e o setor educacional e, mais detidamente, os impactos e adaptações ou modificações no âmbito da educação física escolar, engendrados em função das medidas de prevenção e combate ao novo Coronavírus.

Capítulo 1 – A pandemia no Brasil e no Distrito Federal

Em dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Até o início de janeiro de 2020 pouco se sabia sobre esta doença, mas as autoridades chinesas confirmaram a existência de um novo tipo de coronavírus.

Durante o mês de janeiro foi divulgado o primeiro código genético do novo Coronavírus (SARS-CoV-2)¹ e a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – que corresponde ao mais alto nível de alerta da Organização.

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, termo que remete à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A título de exemplo, “Na metade do mês de abril de 2020, poucos meses depois do início da epidemia na China, já havia o registro da ocorrência de mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo por COVID-19.” (CARVALHO e WERNECK, 2020, p. 1). Ademais, essa mudança na classificação ensejava que os países tomassem atitudes preventivas.

¹ Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 19 jan. 2023.

1.1. Histórico da pandemia no Brasil

No dia 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de COVID-19 no Brasil. O paciente era um homem de 61 anos morador de São Paulo que havia viajado para a Itália a trabalho.²

“Ao longo das 44 semanas epidemiológicas de 2020 foram contabilizados 7.714.819 casos e 195.742 óbitos no país, que evoluíram de modo bastante heterogêneo e com grande variabilidade nos estados e dentro deles.” (Fiocruz, 2021, p. 1).

Nos primeiros casos de infectados pela COVID-19 no Brasil, adotou-se a tática de testar todos os casos suspeitos e aqueles que tiveram contato com casos confirmados. No entanto, a escassez de testes impossibilitou a manutenção deste objetivo. A baixa capacidade de testagem pelo RT PCR fez com que o Ministério da Saúde (MS) recomendasse que apenas os casos graves fossem testados (PRADO et al., 2020, p. 1).

No mundo, de acordo com a Johns Hopkins, são mais de 6,09 milhões de mortes e mais de 472 milhões de casos registrados até março de 2022. A tabela abaixo apresenta os dez países com os maiores números de casos de COVID-19 até dezembro de 2022, além de informações sobre casos por habitantes e mortes. Cabe destacar que o Brasil responde por aproximadamente 2,7% da população mundial, porém concentrou mais de 10% das mortes por COVID-19 no mundo.

Tabela 1 – Lista dos dez países com maiores números de casos de COVID-19 em dezembro de 2022.

País	Casos	Casos a cada um milhão de pessoas	Mortes
Estados Unidos	99.791.748	302.806	1.095.971
Índia	44.677.554	32.838	530.680
França	37.945.906	565.715	157.171
Alemanha	37.088.426	446.046	160.246
Brasil	36.001.760	170.353	692.280

²

Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso: 06/11/2022.

Coréia do Sul	28.390.646	548.288	31.549
Japão	27.396.606	217.520	53.738
Itália	24.884.034	413.058	183.138
Reino Unido	24.089.038	362.593	213.148
Rússia	21.420.985	145.974	385.189

Fonte: Google Notícias (números de 21/12/2022).

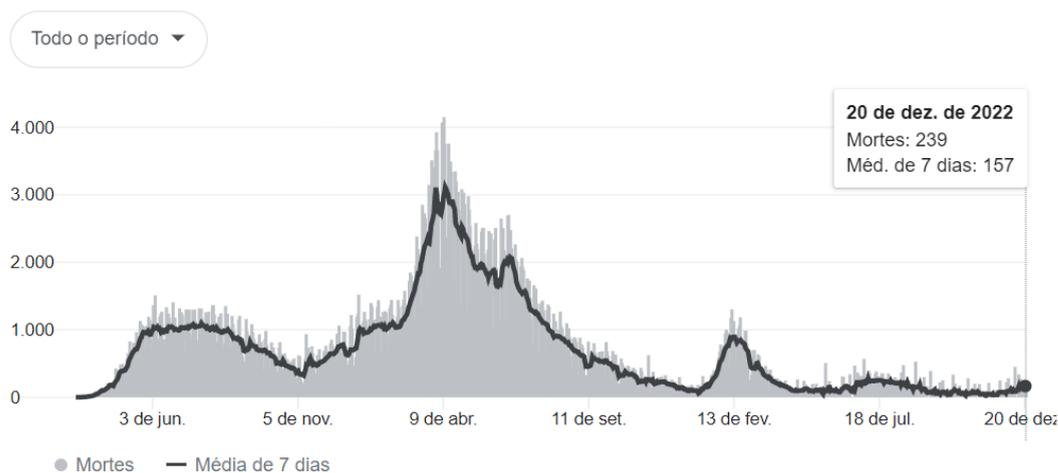
No caso do Brasil, a Figura 1 apresenta gráfico com o comportamento da pandemia entre 13 de março de 2020 e 20 de dezembro de 2022. Na imagem é possível observar as ondas de evolução da doença no país, com destaque para o pico de contaminação localizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. Já a Figura 2 registra as mortes pela COVID-19, com o registro mais grave situado entre os meses de março a junho de 2021.

Figura 1 – Número de casos da COVID-19 no Brasil entre março de 2020 e dezembro de 2022.



Fonte: Google Estatísticas.

Figura 2 – Número de mortes por COVID-19 no Brasil entre março de 2020 e dezembro de 2022.



Fonte: Google Estatísticas.

As figuras acima demonstram o comportamento em ondas/ciclos da pandemia no Brasil. Trata-se de uma trajetória que se repetiu internacionalmente, mas com intensidades e impactos distintos. Essa diferença está diretamente vinculada às escolhas e omissões governamentais no combate à pandemia.

No caso do Brasil, observamos uma orientação, por parte da Presidência da República e ratificada pelo Ministério da Saúde, pelo obscurantismo e a negação da ciência, que resultaram em atraso na cobertura vacinal e ampliaram as mortes no país. De acordo com o epidemiologista, pesquisador, professor e ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, Dr. Pedro Hallal, durante participação na CPI da COVID³, “quatro em cada cinco mortes pela doença no país eram evitáveis caso o governo federal tivesse adotado outra postura — apoiando o uso de máscaras, medidas de distanciamento social, campanhas de orientação e ao mesmo tempo acelerando a aquisição de vacinas”⁴.

³ Nome pelo qual ficou popularmente conhecida a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, criada pelos RQS 1371/2021 e RQS 1372/2021, instalada em 27/04/2021 e com relatório final aprovado em 26/10/2021. A CPI teve como objetivo apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 19 jan. 2023.

⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 19 jan. 2023.

1.2. Histórico da pandemia no DF

Dia 28/02/2020 a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF) iniciou uma série de informes sobre a situação do Coronavírus (COVID-19) no mundo, no Brasil e no Distrito Federal.

O primeiro caso confirmado de covid-19 no DF ocorreu em 25 de março de 2020. A paciente fez uma viagem passando pelo Reino Unido e pela Suíça. Logo na sequência, o esposo da primeira paciente foi confirmado como o segundo caso na região.

Em 11 de março de 2020, o Governo do DF (GDF) decretou as primeiras medidas restritivas para conter a proliferação de um vírus (até aquele momento) desconhecido e, em muitos casos, fatal (Agência Brasília, 2020). Dentre as medidas restritivas citadas no decreto n.º 40.509 (Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências, 2020) estavam inicialmente: a) suspensão de 5 dias das aulas na rede pública e privada; b) eventos de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas; e c) distância mínima de dois metros entre mesas de bares e restaurantes.

O Boletim Covid-19 nº 890, de 21 de dezembro de 2022, publicado pela SESDF, registrou 881.597 casos e 11.838 óbitos no DF⁵ e entorno, conforme disposto na imagem abaixo.

Figura 3 – Tabela da Distribuição dos casos confirmados no DF e óbitos, segundo UF de residência, Distrito Federal, 21 de dezembro de 2022.

UF	Casos		Óbitos	
	N	%	N	%
DISTRITO FEDERAL	782.119	88,7	10.811	1,4
GOIÁS	42.086	4,8	883	2,1
OUTRO ESTADO	14.439	1,6	144	1,0
EM INVESTIGAÇÃO	42.953	4,9	0	0,0
Total	881.597	100,0	11.838	1,3

¹ Fonte: PAINEL COVID-19. Dados atualizados até às 17h00 de 21 de dezembro de 2022

² Dados sujeitos à alteração após investigação epidemiológica

Fonte: SESDF.

⁵ Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/boletinsinformativos-divep-cieves>. Acesso em: 31/10/2022.

Capítulo 2 – Educação e pandemia

Com a chegada do Coronavírus no Brasil e sua disseminação extremamente rápida, houve a necessidade do distanciamento social, medida que consequentemente levou à suspensão das aulas presenciais em todas as instituições educacionais do país. Diante desta restrição, a maioria das instituições com tempos distintos de adaptação e implementação recorreu ao ensino remoto (a distância) como estratégia para garantir a continuidade do ano letivo.

Diante de tantas iniciativas e propostas educacionais diferenciadas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 28 de abril de 2020 parecer⁶ favorável à possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual e proposta de parecer sobre a reorganização do Calendário Escolar, em razão da Pandemia da COVID-19, homologado pelo Ministério da Educação (MEC), em despacho de 29 de maio de 2020⁷. (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 2).

Segundo Souza et al. (2021), os recursos tecnológicos utilizados foram: páginas/portais eletrônicos das secretarias de educação, ambientes virtuais de aprendizagem, aulas online ao vivo ou gravadas (videoaulas) ou plataformas digitais/online, como o Google Meet e Google Classroom com aulas transmitidas via TV aberta, redes sociais como WhatsApp, Instagram, Youtube, Facebook para disponibilização de materiais digitais e atividades e rádio. De acordo com os autores:

Para retratar essa realidade do ensino remoto no Brasil, a página do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED 2021) apresenta procedimentos adotados pelas secretarias de cada estado do Brasil, assim como orientações e atividades sugeridas pelo CNE à Educação Básica, especificando a forma de ensino acordado por cada ente federado. (SOUZA et al., 2021, p. 11).

Segundo Souza et al. (2021, p. 9), “Para minimizar o distanciamento físico são necessárias ferramentas que possibilitem a interatividade, que façam com que os estudantes se sintam acolhidos, próximos e autônomos para aprender”. Não obstante o amplo leque de instrumentos e tecnologias disponíveis, resta saber o

⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 dez. 2022.

⁷ Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/06/2020&jornal=515&pagina=32>. Acesso em: 20 dez. 2022.

quanto essas ferramentas conseguem reproduzir ou se aproximar na realidade estabelecida pelo convívio social estabelecido no ambiente físico de ensino-aprendizagem.

Ademais, vale lembrar que as características históricas e atuais do Brasil, marcadas por uma acentuada desigualdade socioeconômica, restringem o acesso a uma educação de qualidade a uma parcela significativa da população. Nesse sentido, é necessário ponderar o quanto a pandemia e a opção pelo ensino remoto agravaram esse cenário, ampliando as barreiras de acesso à educação às camadas mais empobrecidas.

As pesquisas revelam que o ensino remoto é excludente e piora a qualidade da educação pública provocando ainda mais a desigualdade educacional, pois não garante o conhecimento e a aprendizagem com a qualidade e o direito à igualdade de acesso à educação para todos os estudantes. (SOUZA et al., 2021, p. 13).

Para Dering (2020, p. 2), “Entre todas as áreas atingidas pela pandemia, o sistema educacional foi o que mais sofreu. Isso ocorre, pois, esse contexto mostrou feridas já existentes e estampou outras”.

Conquanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) aponte para um crescimento do acesso à internet no país⁸, há ainda uma parcela populacional que tem dificuldade para financiar uma boa conexão e os equipamentos necessários para desenvolver um ensino remoto minimamente qualificado. Nesse sentido, é preciso reconhecer que uma parcela das crianças e adolescentes brasileiros tiveram uma defasagem educacional ampliada ou originada pelas necessárias medidas restritivas de combate à pandemia.

As marcas das desigualdades escolares se acentuaram com a pandemia, e alguns de seus efeitos envolvem: as inúmeras dificuldades encontradas pelas escolas (públicas e privadas) para a manutenção do próprio funcionamento nos distintos momentos da pandemia; as dificuldades das famílias, como, por exemplo, a falta de tempo para acompanhar as atividades remotas, o acesso precário a equipamentos e a conexão à internet. (PAGAIME et al., 2021, p. 2).

Para Albuquerque (2021), manejar a tecnologia requer tempo de preparação, e não foi possível oferecer isso aos educadores devido a mudança de contexto causada pela pandemia. Segundo Albuquerque (2021, p. 3) “Nesse sentido,

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/90-dos-lares-brasileiros-ja-tem-acesso-a-internet-no-brasil-aponta-pesquisa#:~:text=Conectividade-.90%25%20dos%20lares%20brasileiros%20j%C3%A1%20tem%20acesso.internet%20no%20Brasil%2C%20aponta%20pesquisa&text=Em%202021%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de.mais%20do%20que%20em%202019.> Acesso em: 21 dez. 2022.

percebeu-se que há um déficit em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na formação dos professores que precisa ser superado.”

Freitas et al. (2021) discorre sobre o fato de professores de todo o país terem que se adaptar ao ensino remoto. Apesar de trabalharem de casa, a jornada de trabalho muitas vezes foi dobrada para conseguirem atender demandas, responder alunos em aplicativos de uso pessoal, produzir e gravar conteúdos. Celulares, notebooks e computadores viraram instrumento de trabalho, em algumas vezes havendo a necessidade de investir em equipamentos para conseguirem atender às demandas institucionais.

Esses resultados são parcialmente corroborados pela pesquisa do Instituto Península (2020), que constatou que os principais desafios para os professores no ensino remoto são: a falta de equipamentos e conectividade dos alunos (79%), manter o engajamento dos alunos (64%), o distanciamento e perda de vínculo com os alunos (54%), a falta de formação para lidar com o ERE (49%), a falta de conhecimento das TDICs (46%), a falta de um ambiente para trabalhar em casa (45%), lidar com os pais ou responsáveis (38%), o lado emocional do trabalho (34%). (Godoi et al., 2021, p. 11).

Freitas et al. (2021) menciona que todo esse processo de adaptar o trabalho, a vida e até a casa para dar aula, gerou estresse, crises de ansiedade e processos depressivos nos professores.

Em síntese, pode-se associar as modalidades de trabalho remoto dos docentes a uma combinação de rotina intensa e extensa em conjunto de fatores de precarização das condições de trabalho assim como o estabelecimento de altos padrões gerencialistas nessa forma excepcional de trabalho docente. (CARMO, 2021, p. 65).

Em um estudo feito com 94 professores de escolas públicas do Distrito Federal, Carmo (2021) apresenta os relatos da rotina intensificada e exaustiva dos docentes, a sobrecarga de trabalho, a mistura entre trabalho e atividades de casa e a falta de tempo para formação profissional. Os professores relatam: jornada de trabalho de 15 horas por dia; aumento de estresse; pouca atividade física; falta de motivação; consumo dobrado de café; não ter horário definido para dormir.

Os autores mencionam que as condições de trabalho adversas refletem na saúde física e mental não só dos professores, mas também dos estudantes e de suas famílias. Os professores assumiram uma autocobrança por desenvolverem um trabalho limitado dentro das suas possibilidades:

O ponto de síntese entre as respostas do questionário converge e diverge em um movimento que por hora demonstra processos de culpabilização, de

desistência e também do sentimento de incapacidade em lidar com questões adversas até então não vivenciadas no processo educativo. (SOUSA; ARAÚJO, 2021, p. 50).

Em sua pesquisa, Sousa e Araújo (2021) discorrem sobre a importância da relação professor-aluno e sua influência no ensino aprendizagem e desenvolvimento integral do aluno. Professores relatam que têm dificuldade de saber o nível de aprendizagem dos alunos, e que algumas intervenções precisam ser feitas presencialmente. Muitas vezes os pais auxiliam nas atividades e eles fazem as correções para a atividade não ser entregue com erros.

A Todos pela Educação emitiu uma nota técnica⁹ com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do 2º trimestre de 2021 sobre as taxas de atendimento escolar de crianças e jovens de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, a fim de começar a medir os impactos e efeitos da pandemia. No 2º trimestre de 2021 estavam fora da escola 244 mil crianças e jovens, de 6 a 14 anos. Em 2019 eram aproximadamente 90 mil. Houve um aumento de 171,1% em relação ao mesmo período de 2019. A tendência de queda no percentual dos jovens de 15 a 17 anos fora da escola e que não completaram o ensino médio em 2021 permaneceu, o número chegou a 4,4% nesse período, são 407,4 mil jovens fora da escola.

Sem a estrutura adequada da escola ou demanda de aulas, algumas crianças podem ter mais tempo para brincar fisicamente em casa. No entanto, pode haver problemas levando em consideração as questões financeiras domésticas, acesso à tecnologia, espaço e segurança de sua moradia, entre outros (SILVA; SILVA, 2022, p. 12).

O impacto causado pela pandemia impossibilitou milhares de alunos a terem um ano letivo escolar adequado, crianças em vulnerabilidade social saíram ainda mais prejudicadas, pela falta de acesso à internet, vulnerabilidade socioeconômica, entre outros fatores. A pandemia de covid-19 trouxe prejuízo para a saúde mental de professores e alunos, estresse e ansiedade estiveram presentes durante boa parte desse momento crítico para o mundo.

Entretanto, para além desse grave quadro geral descrito acima, é importante conhecermos como tais consequências se expressaram de forma mais específica

⁹ Disponível em:

https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 26 dez. 2022.

no âmbito do componente curricular educação física, que possui suas particularidades dentro do ambiente escolar.

Capítulo 3 – Educação Física e pandemia

Tendo em vista o impacto da pandemia na educação do Brasil, logo é pressuposto que houve dificuldades nas aulas de educação física. Uma disciplina com a maior parte de sua carga horária regida por aulas práticas, possivelmente teve maior impacto com as adaptações necessárias à implementação do ensino remoto.

Um estudo realizado com professores de educação física de escolas públicas de Cuiabá-MT, revela que os principais desafios enfrentados por estes foram: “dificuldade de acesso às tecnologias digitais e à internet, a falta de apoio dos pais ou responsáveis, a burocracia das demandas institucionais, a ausência da interação corporal entre os alunos no ambiente virtual.” (Godoi et al., 2021, p. 11).

Um consenso entre (pre-service) professores é que partes integrantes da identidade da educação física (EF) são perdidas por meio da prática online, como o contato físico e visual entre alunos e com o professor, o movimento, e o traje específico. Esse contexto leva muitos a não enxergarem sentido nessa modalidade, que é muito limitada, e exige muito mais tempo, preparo, estar conectado e não permite muitas propostas de atividades, que em geral parecem mais uma distração do que ajudar no aprendizado efetivo, como levantado por Varea e González-Calvo (2021).

Queiroz (2021) discorre sobre a importância da interação escolar e a aprendizagem colaborativa no desenvolvimento da leitura e da escrita, permitindo que os educandos aprendam uns com os outros a partir de heterogeneidade. De acordo com Piaget (1970), Vygotsky (2010) e Ferreiro (2004), citados por Queiroz et al. (2021, p. 5), os agrupamentos produtivos são “uma estratégia de aprendizagem muito relevante que envolve interação imediata entre os educandos, pois uma sala de aula é composta de crianças em níveis distintos de conhecimentos o que faz com que aprendam umas com as outras.”

Em uma pesquisa realizada com professores de Educação Física do Rio Grande do Sul, é relatado que as aulas remotas foram divididas em saberes conceituais e saberes corporais. Iniciando com os saberes conceituais:

A exemplo, temos a análise histórica das práticas corporais; regras de execução das diferentes práticas corporais; conhecimento sobre federações e organizações esportivas; relações culturais das práticas corporais; conhecimento sobre o corpo, saúde, exercícios, atividade física etc. (MACHADO et al., 2020, p. 7).

Logo após, saberes corporais:

os professores passaram a conduzir saberes corporais, ensinando e conduzindo a execução de procedimentos; provocando os alunos a movimentar-se; realizando um jogo ou brincadeira; vivenciando uma modalidade de dança; executando um movimento da ginástica; sentindo um movimento de uma luta; realizando o fundamento de algum esporte; etc. conhecimento sobre o corpo, saúde, exercícios, atividade física etc. (MACHADO et al., 2020, p. 7).

Diante dessa organização acima descrita, observou-se uma preocupação por parte dos professores numa alteração da valoração dos saberes. Segundo eles, embora a Educação Física valorize e dê ênfase nos saberes corporais, no ensino remoto os saberes conceituais foram mais valorizados, pois não havia vivência corporal, não era possível dar aulas práticas e o foco era nos conteúdos teóricos. A falta de interação com os alunos também foi um dos desafios, não havia socialização, o professor falava para a câmera e não era possível construir afetividade pelo contato corporal.

No Distrito Federal, após um mês da suspensão das atividades educacionais presenciais, foram apresentadas alternativas para garantir o direito à aprendizagem:

foram estabelecidas, a partir do teletrabalho em sua modalidade de ensino remoto, aquele realizado à distância, três formas de atuação para o acesso aos estudantes: Plataforma de uso gratuito, google sala de aula, denominada Escola em casa DF e/ou via meeting, teleaulas (pela TV Justiça, TV Gênesis e TV União) e envio de atividades impressas para aqueles estudantes que não tiveram acesso à internet ou acesso a computadores, celulares ou tablets e também para estudantes em processo de Alfabetização (do 1º ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental). (MEDEIROS, 2021, p. 30).

Porém, as propostas do ensino remoto emergencial das escolas públicas passaram por grandes dificuldades. As alternativas propostas se mostraram ineficientes, como as teleaulas que foram interrompidas e descontinuadas pouco mais de dois meses após serem iniciadas, e o acesso à plataforma Google Sala de aula, que os estudantes tiveram acesso somente após 4 meses depois do início do isolamento social, como mencionado por Medeiros (2021).

Na escola pública Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia (CEM 2), do Distrito Federal, professores de educação física utilizavam videoaulas com orientações

sobre as práticas. Era solicitado registros por meio de fotos ou vídeos das atividades propostas, como prática de corrida ou caminhada, por exemplo. Através desses registros os professores davam um feedback e orientavam os alunos sobre postura ou execução. (CAMPOS, 2022).

As aulas, materiais e conteúdos eram postados no ambiente virtual na plataforma Google (google meet, google classroom), as avaliações eram realizadas através de formulários e questionários do Google forms. Porém, os professores relataram que os estudantes não liam as questões, respondiam de qualquer jeito, e devolviam atividades em branco, como dito por Campos (2022).

Quanto às avaliações, os estudantes avaliaram como boas, uma vez que sentiram facilidade em responder. Cabe ressaltar, que muitos estudantes relataram não realizar as atividades práticas cotidianas das aulas de Educação Física, no entanto participavam das avaliações e enviavam os formulários solicitados. A crítica de alguns estudantes é sobre a facilidade das questões, que ao mesmo tempo que era bom por não reprovar, não aumentavam a aprendizagem. (CAMPOS, 2021, p. 53).

Campos (2021) menciona que “os docentes relatam que realizaram um curso de formação para o uso do google classroom e liberação da plataforma para postagem de atividades e materiais”, e que esses professores entrevistados realizaram cursos de formação para se prepararem para o ensino remoto.

Foi levantado por Campos (2021), como os alunos se sentiam e suas maiores dificuldades na realização das práticas. Muitos sentiam vergonha de gravar vídeos ou dificuldade por não ter espaço adequado, outros não faziam por preguiça. Outras dificuldades relatadas por alguns estudantes: desconforto ao ligar a câmera nas aulas; dificuldade para se concentrar; ausência de objetos usados nas práticas; dificuldade na execução de exercícios; sedentarismo; se sentir deprimido.

O sentimento de angústia e a ansiedade fizeram parte do cotidiano dos adolescentes na pandemia, “reclusão e distanciamento das atividades de rotina provocaram na maioria dos jovens sentimentos de ansiedade, estresse, angústia” (SANTOS; OLIVEIRA, 2020, p. 16). E, apesar dos alunos sentirem dificuldade ou falta de vontade de participar das aulas de Educação Física, seria importante a participação, pois:

É importante compreender que prática de atividade física também ajuda produção de outros hormônios como a serotonina e dopamina, que é fundamental, inclusive, para quem sofre de depressão ao diminuir esses

sintomas ou, até mesmo, sintomas similares a um humor depressivo, que é diferente da depressão (SANTOS; OLIVEIRA, 2020, p. 17)

É compreensível a falta de motivação por parte dos alunos, levando em consideração que grande parte das aulas de Educação Física foram teóricas. Sem menosprezar a importância do conhecimento teórico, é inegável que há, sobretudo por parte dos alunos, uma expectativa em relação ao conteúdo prático da Educação Física e vivência fora do espaço tradicional da sala de aula.

Ademais, considerando um cenário mais abrangente, é evidente que devido a uma doença que devastou milhares de famílias pelo mundo inteiro, o sentimento de angústia e tristeza era predominante. Historicamente, a educação brasileira enfrenta uma série de obstáculos, que muitas vezes impossibilitam que ela alcance com a excelência necessária um grande contingente das famílias deste país, especialmente aquelas em situação socioeconômica mais baixa. O contexto pandêmico e as medidas necessárias para seu combate agravaram um quadro educacional que já lutava contra um conjunto de problemas.

Ao mesmo tempo, a pandemia e o necessário distanciamento social aceleraram a experiência do ensino remoto no país, sem o devido tempo para preparação e adequação da comunidade escolar. Alunos, pais e professores tiveram que forçosamente se adaptar a essa forma de ensino, pois não vislumbraram ou não tiveram outra alternativa. Nesse sentido, é importante ressaltar a força e resiliência dos sujeitos envolvidos neste processo, que, a despeito dos impactos psicossociais da pandemia, encontraram forças para cumprir as demandas do dia a dia e manter o processo de ensino e aprendizagem fundamental ao desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, do próprio país.

Conclusões

A experiência da pandemia da Covid-19, que não acabou completamente, é um registro histórico singular na humanidade e que certamente marcará a vida das pessoas para sempre, especialmente aquelas milhares de famílias diretamente atingidas pela doença. Por muitos anos, ainda vamos nos deparar com (e buscar compreender) suas consequências. Muitas histórias serão contadas e estudos desenvolvidos sobre seus impactos econômicos, políticos e sociais.

Neste trabalho, que apresenta um pequeno recorte deste contexto mais amplo, almejamos compreender possíveis implicações da pandemia da COVID-19 ao ensino da educação física nas escolas públicas do Distrito Federal. Para se atingir uma maior compreensão dessa realidade, definiu-se como objetivos específicos contextualizar a pandemia em âmbito nacional e distrital; apresentar uma revisão bibliográfica sobre a relação entre Educação e pandemia e suas implicações devido ao ensino remoto das aulas de educação física do Distrito Federal, analisando estudos de algumas regiões do país.

A rápida disseminação e o alto risco de contágio do coronavírus impossibilitou o mundo inteiro de seguir a vida normalmente no dia a dia, com seus afazeres diários como trabalho, estudos, lazer etc. Com o avanço da doença extremamente rápido, não houve outra saída senão o distanciamento social, além de outras medidas de prevenção e proteção, que impactaram diretamente as relações sociais. Essa situação excepcional acabou se estendendo com o prolongamento e agravamento da pandemia e o crescimento na quantidade de óbitos.

Após o fechamento inicial das escolas, observou-se a necessidade de dar continuidade no ano letivo para os estudantes. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou um parecer favorável às atividades não presenciais para cumprir a carga horária mínima anual e permitir a reorganização do calendário escolar. Conseqüentemente, as escolas e a comunidade escolar depararam-se com o desafio de aderir ao ensino remoto.

Os recursos e ferramentas tecnológicos utilizados neste desafio foram as mais diversas, por exemplo: Google meet e Classroom; Youtube; aulas online ao vivo e videoaulas; aulas via TV aberta; disponibilização de materiais digitais e etc. Todavia, a adaptação urgente, acelerada e forçada engendrou muitos desafios que

se traduziram numa realidade muito desafiadora e, em alguns casos, asseverou a exclusão escolar. A título de ilustração, no Distrito Federal, as teleaulas via TV aberta foram interrompidas pouco mais de dois meses após serem iniciadas, e os estudantes só tiveram acesso ao Google Classroom após 4 meses depois do início do isolamento social.

Historicamente, o Brasil é marcado por uma acentuada desigualdade socioeconômica. A educação pública, embora com acesso democratizado, não garante qualidade a todos. E, no contexto, da pandemia percebeu-se que crianças e adolescentes foram ainda mais prejudicadas pelo imperativo advento do ensino remoto, ampliando as barreiras de acesso à educação e causando uma piora no rendimento e no abandono escolar e, por conseguinte, causando maior desigualdade educacional. O acesso à internet de qualidade não chega a todos, a falta de uma boa conexão e equipamentos necessários para acompanhar as atividades remotas contribuiu para uma defasagem educacional, e milhares de crianças e adolescentes estavam fora da escola no 2º trimestre de 2021.

Além dos alunos, os professores também enfrentaram dificuldades para se prepararem e de adaptarem ao ensino remoto. A mudança rápida de contexto causada pela pandemia não possibilitou aos professores uma preparação para dar aulas online, totalmente divergente do que estavam acostumados, e notou-se um déficit em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na formação dos professores.

O trabalho em casa tornou-se um desafio: produzir conteúdos; atender alunos e pais o dia inteiro em aplicativos de uso pessoal; acordar cedo e não ter horário específico para dormir. Nota-se que a vida pessoal se misturou com a profissional e a jornada de trabalho muitas vezes foi dobrada, pois havia demandas o dia inteiro. Além de outros desafios para com seu trabalho, como: manejar tecnologias e falta de conhecimento das TDIC's; falta de equipamentos e conectividade dos alunos; manter o engajamento dos alunos; distanciamento e perda de vínculo com os alunos; falta de um ambiente para trabalhar em casa; lidar com pais ou responsáveis; necessidade de investir em equipamentos para atender às demandas institucionais de melhor forma.

Todos esses processos e dificuldades mexeram com o lado emocional dos professores e trouxe prejuízo à saúde física e mental. A rotina intensa e extensa gerou estresse, crises de ansiedade e até processos depressivos nos professores.

Ao descreverem sua rotina e a sobrecarga de trabalho, os professores também relatam pouca atividade física e consumo dobrado de café.

Com todas as dificuldades enfrentadas na educação, ainda houve dificuldades maiores nas aulas de educação física, devido à maior parte das aulas serem práticas. Parte dos professores destacam que no ensino remoto os valores conceituais foram mais valorizados por não haver vivência corporal e socialização. Muitos dizem não ver sentido nessa modalidade de ensino, pois é limitada e não permite muitas propostas de atividade.

Os professores solicitaram registros das práticas sugeridas, como caminhada ou corrida, para dar feedback e fazer as orientações necessárias. Porém, nem todos os alunos aderiram às atividades propostas. Muitos não tinham um espaço adequado ou sentiam desconforto ao ligar a câmera e gravar vídeos, por exemplo. Alguns alunos evidenciaram a facilidade em responder às avaliações, que eram realizadas através de formulários e questionários do Google forms, que apesar de ser bom pela facilidade, não aumentavam a aprendizagem. É importante mencionar que também foi relatado pelos alunos um sentimento de angústia, ansiedade, estresse, assim como os professores.

Observou-se que um dos maiores desafios do ensino remoto foi a dificuldade de acesso à internet, e a restrição a uma boa parte da população. O ensino remoto agravou o que já era precário em muitas regiões do Brasil. Ficou evidente o déficit de TIC's na formação dos professores, mas em uma situação como a que vivemos no contexto pandêmico, uma boa formação e orientação dos professores não é suficiente se esse conhecimento não chega a todos.

O uso de TIC's é fundamental e indispensável, quando bem conduzido, para que não se torne uma educação dispersiva e de má qualidade. Professores acreditam que sua inclusão na educação deve ser um processo gradativo e bem orientado, pois seu uso não é tão simples e exige formação técnica. Esses professores apresentam uma perspectiva otimista, porém têm receio de problemas técnicos dificultarem seu trabalho, e utilizam apenas aquelas tecnologias que dominam. (BIANCHI; HATJE, 2007).

As TIC's não substituem as formas tradicionais de ensino, mas servem de apoio pedagógico, com a possibilidade de agregar na educação básica e na formação de professores, expandindo o acesso à informação.

Encerramos este trabalho reconhecendo seus limites ou lacunas e apontando a necessidade de produção de estudos futuros que aprofundem a investigação sobre os seguintes assuntos: a) déficit na formação continuada dos professores para trabalhar com novas tecnologias; b) possibilidades abertas pela incorporação das TICs no âmbito da Educação Física, por exemplo, utilizando os jogos eletrônicos como recurso didático; e, c) realização de pesquisa de campo para ouvir os sujeitos envolvidos no processo de adequação à pandemia, ou seja, entrevistar a comunidade escolar (diretores, professores, pais e alunos).

Referências

ALBUQUERQUE, Raquel Sabino de. Educação em tempos de pandemia: sentimentos e percepções dos professores. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-5, 2021.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BIANCHI, P.; HATJE, M. A Formação profissional em Educação Física permeada pelas tecnologias de informação e comunicação no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 123–138, 2007.

BRASIL. **Decreto n.º 40.509, de 11 de mar. de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, Edição extra n.º 25, p 3. 11 de março de 2020. Seção 1.

BRITO, Sávio Breno Pires; BRAGA, Isaque Oliveira; CUNHA, Carolina Coelho; PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Vigilância Sanitária em Debate**, vol. 8, núm. 2, 2020, Abril-Junho, pp. 54-63.

CAMPOS, Iago Corgosinho Albuquerque. Educação Física escolar e a pandemia no Distrito Federal: um estudo exploratório em uma escola pública de Ceilândia. 2022. 65 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CARMO, Leonardo Bezerra do. A constituição do trabalho docente em face a (re) construção do cotidiano escolar no ensino remoto: rotina, intensificação e precarização - falas de uma pandemia. In: FRANCO, Maira Vieira Amorim et al. **Educação pública no DF durante a pandemia da covid 19: desafios do ensino remoto**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

DERING, R. de O. A educação no Brasil em tempos de pandemia (antes-durante-após): reflexões na perspectiva decolonial. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1–16, 2021.

FREITAS, Ana Célia Sousa; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de; FONTENELE, Inambê Sales. Fazer docente em tempos de ensino remoto. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Boletim Observatório Covid-19: Um balanço da Pandemia em 2020**. Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/45793/2/boletim_observatorio_covid_balan%C3%A7o_2020.pdf>.

GODOI, Marcos et al. As práticas do ensino remoto emergencial de educação física em escolas públicas durante a pandemia de COVID-19: reinvenção e desigualdade. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, e012, 2021. <http://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n1.e012.id995>

MACHADO, Roseli Belmonte et al. Educação física escolar em tempos de distanciamento social: panorama, desafios e enfrentamentos curriculares. **Movimento**, v. 26, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes-fazer escolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-10, 2020.

MEDEIROS, Danyela Martins; A jornada de trabalho docente no Distrito Federal durante a pandemia de covid-19: desafios para o ensino público. In: FRANCO, Maira Vieira Amorim et al. **Educação pública no DF durante a pandemia da covid 19: desafios do ensino remoto**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

PEREIRA DE SOUZA, C. M.; PEREIRA, J. M. .; RANKE , M. da C. de J. . Reflexos da Pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p. e 10844, 2020.

PRADO, Marcelo. et al. Análise de subnotificação do número de casos confirmados da COVID-19 no Brasil. **Rev Bras Ter Intensiva**, v. 32, n.2, p. 224-228, 2020.

QUEIROZ, M. de; SOUSA, F. G. A. de .; PAULA, G. Q. de. Educação e Pandemia: impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1–9, 2021.

RIBEIRO DA SILVA, I. .; MELINA BECKER DA SILVA, A. O impacto da pandemia Covid-19 na Educação Física escolar : uma revisão integrativa da literatura. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 25, 2022.

SANTOS, Dilce Melo; OLIVEIRA, Ísis Fabiana de Souza. A ANSIEDADE DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 PARA OS ALUNOS DO CEAAT/IAT EM SALVADOR–BAHIA: INTERLOCUÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E PSICOLOGIA. **Estudos IAT**, v. 5, n. 3, p. 3-21, 2020.

Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Boletins Informativos. Disponível em: <<https://www.saude.df.gov.br/>>. Acesso em: 31 de out. de 2022.

SECUNHO, Rafael. Como o DF enfrentou a primeira onda da pandemia. Agência Brasília, Distrito Federal, 22 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/12/19/como-o-df-enfrentou-a-primeira-onda-da-pandemia/>>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Fernando Santos; ARAÚJO, Andressa Guedes. Categorias de análise da relação professor-aluno no contexto da pandemia do covid-19. In: FRANCO, Maira Vieira Amorim et al. **Educação pública no DF durante a pandemia da covid 19: desafios do ensino remoto**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SOUZA, Adriana da Silva. et al. Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36 nº.5, 2020.

VAREA, Valeria; GONZÁLEZ-CALVO, Gustavo. Touchless classes and absent bodies: teaching physical education in times of Covid-19. **Sport, education and society**, v. 26, n. 8, p. 831-845, 2021.